

• Constituinte *hrc*

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Governo acata argumentos de Mailson

por Mariângela Hamu
de Brasília

O Palácio do Planalto já havia concordado em oferecer alternativas aos pequenos e médios empresários e produtores rurais que contraíram empréstimos durante a vigência do Plano Cruzado, mas o ministro Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, convenceu o presidente José Sarney, durante uma reunião no início da tarde de ontem, de que o governo enfrentaria dificuldades insuperáveis, ainda que a anistia da dívida desses empresários fosse apenas parcial.

Na reunião, da qual participaram também os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Rubens Bayma Denny, do Gabinete Militar; e Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (DNI), o ministro da Fazenda fez uma leitura dos números pesquisados por sua assessoria e confirmou o preço de uma anistia ampla: US\$ 10 bilhões.

Ferreira da Nóbrega disse, também, que esse montante comprometeria 4% do patrimônio líquido dos bancos estrangeiros, 25% dos bancos privados nacionais, 50% do patrimônio líquido dos bancos de desenvolvimento, e 150% do patrimônio líquido do Banco do Brasil e dos bancos estaduais. "Os bancos estaduais e o Banco do Brasil teriam de tomar dinheiro para pagar essa conta", advertiu Ferreira da Nóbrega.

Foi nessa mesma reunião que "morreu" a idéia de negociar uma anistia de 50 milhões de OTN, apresentada por um grupo de trabalho que há dez dias pesquisava alternativas que pudessem servir ao governo nos entendimentos com a Constituinte. Havia três grupos trabalhando: um, composto por técnicos do Ministério da Fazenda e do Planejamento; outro, do Gabinete Civil da Presidência, e um último, na Consultoria Geral da República, sob a supervisão do consultor Saulo Ramos.

O Planalto não confirmou a procedência da proposta de 50 milhões de OTN, mas Ferreira da Nóbrega fez saber que ela não era do seu inteiro agrado. O ministro da Fazenda preferiu desenvolver uma intensa campanha junto aos autores das emendas que propõem, na Constituinte, a anistia a esses empresários.

São eles o senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE), Humberto Souto (PFL/MG) e o deputado Ziza Valadares (sem partido/MG).

Essa campanha teve ontem o seu capítulo mais importante quando foi endossada pelo próprio presidente Sarney. Foi para pedir "tempo e racionalidade no encaminhamento da questão" — segundo palavras do porta-voz do Planalto, jornalista Carlos Henrique dos Santos — que o presidente reuniu ontem, no início da noite, os presidentes do PMDB, PFL e PDS, além dos líderes do gover-

no e dos ministros econômicos e da "casa", no seu gabinete.

"O governo está tentando

adiar essa decisão", afirmou Santos. "Essa tentativa se justifica para evitar que uma decisão da Consti-

tuante não prejudique a sociedade para beneficiar uma pequena parcela de empresários e produtores

rurais." O porta-voz do presidente garantiu, ainda, que "os bancos não serão insensíveis às necessidades

dos empresários honestos, que agiram de boa-fé, e poderão renegociar prazos e a correção monetária".

UDR quer evitar o adiamento

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

O presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse ontem que o possível adiamento da votação da proposta que exime os microempresários do pagamento da correção monetária dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado "é um jogo para esvaziar a mobilização dos setores rural e urbano. Nós queremos a votação nesta semana".

Já estão em Brasília para acompanhar a votação cerca de 5 mil produtores rurais, vindos de vários estados. Frisou que não considera a isenção do pagamento da correção monetária uma anistia, mas sim uma decisão legal. A cobrança da correção nos empréstimos para agricultura foi autorizada por resolução do Conselho Monetário Nacional, em 1982, contrariamente ao que dispunha uma lei que proibia essa cobrança. E esse argumento que servirá de base para que os produtores não beneficiados pela decisão da Constituinte (caso seja aprovado o cancelamento), aqueles que contraíram empréstimos antes e depois do Plano Cruzado, entrem na Justiça contra a cobrança da correção monetária.

Uma decisão da Constituinte favorável ao cancelamento do pagamento da correção monetária beneficiará cerca de 50% dos 4,5 milhões de produtores rurais brasileiros, que, segundo Caiado, "estão na falência".